

12 NOV 2019

FOLHA DE S. PAULO

Celso de Mello pede ação contra 'ensaios autoritários' no Brasil

RIO DE JANEIRO "Nada é mais perigoso que a pretensão do estado e seus agentes de regular o direito à liberdade de expressão." A fala é do ministro Celso de Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), proferida nesta segunda-feira (11).

Em vídeo exibido na entrega do Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa, da Associação Nacional de Jornais, o magistrado foi enfático ao destacar que a imprensa livre é fundamental para que as sociedades resolvam seus conflitos.

"Recebo como uma distinção de grande importância, especialmente em um momento em que vozes autoritárias no país insurgem contra a liberdade de expressão. Temos que nos insurgir contra ensaios autoritários", afirmou.

O decano, que está no STF desde 1989 e deve se aposentar em 2020, foi escolhido para receber a honraria por seu papel na corte em defesa da democracia e das decisões favoráveis à liberdade de imprensa e ao jornalismo independente, diz a associação.

Em abril, por exemplo, anulou decisões da Justiça do Paraná que determinaram que a rádio Jovem Pan removesse do seu site vídeo em que o comentarista Marco Antonio Villa falava sobre os salários dos ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Em setembro, ele disse à colunista Mônica Bergamo, da Folha, considerar inaceitável a tentativa do prefeito do Rio, Marcelo Crivella, de censurar uma história em quadinhos com um beijo gay. O caso ocorreu na Bienal do Livro.

Ainda na gravação exibida nesta segunda, o ministro repetiu, mais de uma vez, que

“

O peso da censura é insuportável e absolutamente intolerável. Não podemos, nem devemos, retroceder

Celso de Mello
ministro do STF

"o pensamento há de ser livre, permanentemente livre", e que a liberdade de expressão é prerrogativa inalienável dos cidadãos, um direito básico.

"O exercício da jurisdição, por magistrados e tribunais, não pode se converter em prática judicial inibitória, muito menos censória. [...] O peso da censura é insuportável e absolutamente intolerável. Não podemos, nem devemos, retroceder."

O prêmio foi entregue ao fim do primeiro dia da Digital Media Latam, conferência organizada pela Associação Mundial de Editores de Notícias (WAN-IFRA, na sigla em inglês). O evento é promovido anualmente desde 2013 e acontece no Brasil pela primeira vez.

A jornalista Míriam Leitão, colunista do jornal O Globo e da GloboNews, foi a mestre de cerimônias.

Também foram homenageados os jornalistas Ricardo Boechat e Clóvis Rossi, que morreram em 2019. Boechat, que estava na Band, morreu aos 66 anos, vítima de um acidente de helicóptero. Decano da Redação da Folha, Rossi morreu aos 76 anos em casa, quando se recuperava de um infarto.

"Ele [Rossi] era um professor de todos nós. Uma janela para os leitores. Hoje de manhã sentimos de novo a falta dele, para explicar o que aconteceu na Bolívia", disse Míriam sobre o colega de profissão.

Participaram também da abertura o presidente da WAN-IFRA, Fernando de Yarza López-Madrado, o presidente da ANJ, Marcelo Rech, e o vice-presidente da entidade, Francisco Mesquita Neto.

Mais cedo, um painel discutiu o que vem mudando em termos de consumo de jornalismo no mundo.

Josh Schwartz, chefe de dados da Chartbeat, empresa que analisa o comportamento de leitores em sites de notícias, perguntou aos executivos presentes, sem dar resposta, em quais histórias vale a pena investir.

Ele bateu na tecla do "mobile", que deve ser prioridade dos editores. Schwartz citou que a participação dos celulares nas buscas do Google, por exemplo, passou de 50% para 80% em apenas três anos, enquanto o uso do computador vem caindo continuamente.

Por outro lado, o leitor do desktop tem sido mais leal: quase nenhum usuário que lê no celular está logado (registrado) nos sites analisados.

O "lugar" de onde o leitor vem também faz diferença. Quem chega à notícia por newsletters (emails com as principais novidades) e por WhatsApp ou Instagram tem mais chances de fazer um cadastro e mais tarde adquirir uma assinatura no veículo.

Analisar a última história que o usuário leu antes de decidir realizar a assinatura também pode ser uma boa forma de entender o próprio público, mas não há uma resposta mágica sobre como lidar com a audiência, lamenta ele. Camila Marques e Júlia Barbon

Casa da Mulher Brasileira de SP é inaugurada sob protestos

Órgão funciona 24 h e reúne serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência; obra começou há 4 anos

Júlia Zaremba

SÃO PAULO Quatro anos após o início das obras, a Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada nesta segunda (11) no Cambuci, região central de São Paulo, sob protestos de mulheres e movimentos sociais, que foram barradas na entrada.

A Casa funcionará 24 horas e reunirá serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência, como Delegacia de Defesa da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça e assistência social. A 1ª DDM, a primeira da capital, foi transferida para o espaço.

O governo federal investiu R\$ 10,3 milhões na unidade de São Paulo, segundo o MMFDH (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos). O Instituto Avon e a construtora MRV também se envolveram na construção e decoração do espaço.

“Pessoalmente pedi o apoio [a empresas privadas] para que pudessem oferecer condições para finalizarmos sem buscar mais dinheiro público”, afirmou Doria, acrescentando que uma das razões foi economizar tempo para concluí-la.

A inauguração contou com a presença da ministra da Mulher, Damares Alves, da secretária nacional de Mulheres, Cristiane Britto, do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), da secretária de Direitos Humanos do município, Berenice Giannella, entre outras autoridades.

“Para os bonitinhos que ainda se levantam agredindo mulheres no Brasil, o recado é o seguinte: a brincadeira para vocês está acabando. Essa nação está se levantando em defesa da mulher”, afirmou Damares, em meio a protestos de “Fora, Damares!” entoados por mulheres do lado de fora.

A ministra afirmou que pretende reformular o projeto. Em vez de unidades grandes como a de São Paulo, que tem 3.659 m², investirá em unidades menores, fora de capitais.

A Central de Movimentos Populares, a Marcha Mundial das Mulheres e a União dos Movimentos de Moradia elaboraram uma carta com reivindicações a respeito da Casa. Pedem que seja criado um conselho gestor com a participação de movimentos de mulheres e especialistas para monitorar e participar de decisões e

capacitação dos funcionários do local, além de gestão direta.

“Queremos participar dessa construção, ver como vai funcionar”, disse Márcia Viana, secretária de Mulheres da CUT (Central Única dos Trabalhadores) de São Paulo.

Giannella recebeu a carta e disse que “talvez elas [manifestantes] estejam infelizes porque o governo delas não conseguiu inaugurar a casa e nós conseguimos.”

O projeto foi instituído em 2013 pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT). A proposta era que a iniciativa chegasse aos 26 estados brasileiros e ao Distrito Federal até o fim de 2018. Mas, até hoje, só chegou a sete lugares: São Paulo, Brasília, Ceará, Paraná, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Roraima.

Imbróglis jurídicos atrasaram a entrega do espaço em São Paulo, o que incluiu rescisão de contrato por parte de uma das empresas encarregadas da obra. A prefeitura assumiu a responsabilidade pelo empreendimento em março de 2018, após assinar um convênio com o governo federal.

A Casa será gerida por uma organização social, a OSC Companhia dos Sonhos, e ficará sob a pasta dos Direitos Humanos. Gianella disse que a escolha pela gestão indireta se deve à expertise das entidades escolhidas com parcerias.

A Avon também será uma das mantenedoras da Casa, que, segundo a prefeitura, terá 110 funcionários, incluídos parceiros. Os profissionais que trabalharão com atendimento psicossocial das vítimas foram selecionados por meio de edital público. Já os vinculados a órgãos como Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria foram selecionados internamente.

CONTINUA

12 NOV 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

As equipes foram capacitadas pelo Instituto Avon, o que foi alvo de críticas de movimentos de mulheres, que consideraram a formação insuficiente. A prefeitura informou que investirá cerca de R\$ 137 mil em capacitação e na compra de materiais para o local.

Segundo a advogada Marina Ganzarolli, que presta serviço para o Instituto Avon e faz parte da Rede Feminista de Juristas, a capacitação oferece imersão de três dias com treinamento em escuta qualificada, legislação, avaliação de risco e estudos de caso. "Não tem a intenção de substituir a capacitação para acolher mulheres. Vem como uma coisa a mais."

A vereadora Juliana Cardoso (PT) convocou audiência pública na última quinta (7) para questionar a prefeitura sobre o empreendimento na capital e, diante da falta de representantes do Executivo, adiou o ato para a semana que vem.

Saiba mais sobre a Casa da Mulher Brasileira

Projeto

A Casa da Mulher Brasileira foi instituída em 2013 pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT), no âmbito do programa Mulher: Viver sem Violência

Serviços

Reúne serviços de atendimento a vítimas de violência em um lugar, como Delegacia de Defesa da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça e assistência social

Estados

Deveria ser implementada em todos os 26 estados e o Distrito Federal, mas só chegou a sete estados: São Paulo, Brasília, Ceará, Paraná, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Roraima

Atraso

A unidade de São Paulo começou a ser construída em 2015, mas, por causa de impasses jurídicos e, segundo o governo, chuvas, só foi inaugurada nesta segunda (11)

Investimento

O governo federal investiu R\$ 10,3 milhões no empreendimento de São Paulo e a prefeitura afirmou que investirá cerca de R\$ 137 mil em capacitação e na compra de materiais

Administração

A prefeitura, responsável pela Casa desde 2018 por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, contratou uma organização social para gerir o espaço

12 NOV 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça retira tornozeleiras de Delúbio e Vaccari após decisão do STF

José Marques e Catia Seabra

SÃO PAULO Condenados na Lava Jato e atualmente em regime semiaberto, os ex-tesoureiros do PT João Vaccari Neto e Delúbio Soares obtiveram, nesta segunda (11), a revogação da execução das penas.

A decisão, da juíza Ana Carolina Bartolamei Ramos, da 1ª Vara de Execução Penal de Curitiba, segue entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) que barra cumprimento da pena logo após condenação em segunda instância.

Com isso, tanto Vaccari quanto Delúbio não precisam mais cumprir medidas cautelares, como restrições de locomoção. A magistrada deu cinco dias para ambos retirarem a tornozeleira eletrônica.

Vaccari foi preso em abril de 2015. Quando deixou a prisão, em setembro deste ano, ele estava no Complexo Médico-Penal, em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba.

Seu advogado, Luiz Flávio Borges D'Urso, diz que a tornozeleira já foi retirada.

O ex-tesoureiro cumpria o semiaberto na casa de um tio, com tornozeleira. Deixava o local para trabalhar como assessor da CUT no Paraná. Delúbio foi transferido para o semiaberto em março.

Vaccari, apontado como principal suspeito de operar propinas do PT na Petrobras, foi condenado em cinco ações penais na primeira instância, mas foi absolvido em duas delas no TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região).

Nos dois processos, a maioria dos juízes do tribunal entendeu que não havia provas suficientes para condená-lo em crimes como corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Ele foi para o semiaberto após ser beneficiado pelo indulto natalino assinado pelo então presidente Michel Temer (MDB) em 2017, que reduziu em 24 anos a soma das penas do petista na Lava Jato.

Delúbio, que foi preso também no mensalão, foi condenado em 2018 sob acusação de lavagem de dinheiro em processo referente a empréstimo de R\$ 12 milhões do grupo Schahin a José Carlos Bumlai, pecuarista e amigo de Lula.

Na quinta (7), o STF decidiu que um condenado só pode ser preso após o trânsito em julgado (o fim dos recursos), alterando a jurisprudência que desde 2016 tem permitido a prisão após condenação em segunda instância.

12 NOV 2019

FOLHA DE S. PAULO

Operadores da Lava Jato foram de conselheiros a faz-tudo em cadeia

No Paraná, Adir Assad e Fernando Baiano circulavam em todas as rodas de presos da operação

PREÇOS DA LAVAJATO

SÃO PAULO Na ala VIP do complexo penal que abriga presos da Lava Jato, em Pinhais (PR), a sintonia dos canais de televisão era muito ruim. A Record pegava mal, a Band um pouco melhor, mas a Globo era a pior de todas. Um festival de chuveiros e chiados.

Viviam no local, em 2015, empreiteiros, políticos, empresários e dois operadores: Adir Assad e Fernando Baiano. Adir fazia esquemas fraudulentos em São Paulo, preferencialmente em obras do governo do PSDB. Baiano arquitetava negociatas federais com políticos do então PMDB.

Até serem pegos pela Lava Jato, eram famosos pelas habilidades em ajudar empresários a conseguir contratos e para pagar propina a políticos e agentes públicos.

Na cadeia, Adir e Baiano continuaram a fazer operações que uniam interesse de empreiteiros, políticos e os deles. Uma delas foi melhorar a qualidade do sinal da TV.

Histórias de dois dos mais folclóricos presos da Lava Jato estão em "A Elite na Cadeia - O dia a dia dos presos da Lava Jato", do jornalista Wálter Nunes, repórter da Folha. O livro, da editora Objetiva e que chega às livrarias no próximo dia 22, retrata o cotidiano na prisão dos principais alvos da maior operação de combate à corrupção do país.

Os casos se passam nas carceragens da Polícia Federal, em Curitiba, e no Complexo Médico Penal, em Pinhais, presídio estadual do Paraná onde os presos do Petrolão cumprem pena.

Por 280 páginas, o livro relata episódios envolvendo o ex-presidente Lula, o empreiteiro Marcelo Odebrecht, o ex-ministro Antonio Palocci, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, o ex-governador Beto Richa e outros personagens célebres presos pela PF.

Os casos de Adir Assad e Fernando Baiano se destacam. Eles foram dois dos presos mais populares tanto do Complexo Médico quanto da carceragem da PF.

Adir logo de cara ficou amigo de Emerson Rodes, o preso mais temido do lugar. Ex-PM, Rodes havia sobrevivido a uma rebelião em que foi caçado por desafetos armados. Fora da cadeia, assaltava empresas e bancos. No trato com Rodes, todos tomavam cuidado, menos Adir.

Num dia de visitas, o operador, com seu jeito brincalhão, tascou um beijo no rosto da mulher do policial, sendo que, numa cadeia, só olhar para a esposa de outro preso já pode ser fatal.

Rodes ficou perplexo e repreendeu Adir. Deu uma dura no operador e falou sobre o risco que ele corria. Ouviu de volta. "O que é que tem cumprimentar com beijinho? A

minha mulher está ali na mesa. Vai lá e dá um beijo nela." Aquilo ficou por isso mesmo. O ex-policial se divertia com as brincadeiras do operador.

Em outra ocasião, foi Adir a repreender o bandido mais perigoso da cadeia. Rodes havia tratado mal a própria esposa na frente dos outros presos. Adir escolhambou o ex-policial. Xingou e disse que aquilo não se fazia. Rodes o pegou pelo colarinho e o levou para dentro de uma cela vazia. Os presos ficaram apreensivos. Dentro do cubículo Rodes ameaçou matar o operador.

"Vai me matar?", perguntou Adir. "Eu sou seu amigo. E você está errado." Rodes então deu uma lição. "Olha aqui, Adir! Você nunca mais vai fazer isso. Eu gosto de você, mas você não pode falar comigo assim na frente de todo mundo." Adir então perguntou o que deveria fazer quando Rodes estivesse cometendo algum erro. "Pode me dar bronca, mas só entre nós."

Baiano era mais discreto, mas ganhou fama de "resolvidor" de problemas. O teste definitivo foi justamente melhorar o sinal da televisão da ala da prisão.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

12 NOV 2019

De segunda a sexta, os presos da Lava Jato se reuniam em frente à TV na hora do Jornal Nacional para saber das novidades da operação policial e ver como cada um ali era retratado quando protagonizava o noticiário — e sempre havia pelo menos um deles em uma reportagem.

A péssima qualidade do som e da imagem irritava os presos. Até que Fernando Baiano teve uma ideia. Os empreiteiros estavam dispostos a patrocinar a compra de componentes e antenas que melhorassem a captação, mas a lei proíbe que detentos comprem material para o presídio.

A solução era fazer tudo via Conselho da Comunidade, uma entidade civil de direitos humanos que observa as condições dos presídios paranaenses. O conselho, sim, poderia fazer doações para o Complexo Médico Penal. E os empreiteiros, por sua vez, poderiam doar para a entidade.

Baiano ajustou isso com os agentes e a direção do presídio, combinou com seus colegas de Lava Jato e pediu autorização aos presos mais perigosos que comandavam a galeria. A condição imposta foi que a instalação fosse feita para todas as celas da sexta e quinta galerias. Assim foi feito.

O responsável pela instalação, convocado por Baiano, foi um preso chamado Marlon. Ex-agente de segurança particular, foi preso após torturar e matar um estudante que havia pichado o muro de uma clínica médica.

O crime de Marlon ficou conhecido no Paraná pela brutalidade e porque o rapaz assassinado era filho de um importante jornalista do estado. Mas Marlon tinha credenciais para o trabalho proposto por Baiano porque, além de vigia, também instalava câmeras e aparelhos de monitoramento.

A instalação ficou boa. Os aparelhos foram fixados na parede, e os fios, presos nos cantos, como num quarto de hotel. O sinal melhorou consideravelmente com receptores e antenas novas. Os presos da Lava Jato passaram a assistir ao noticiário da Globo com nitidez e som sem ruídos.

A esperteza de Adir e Baiano não passou despercebida pelos carcereiros, que queriam dar um jeito de saber o que se passava entre os presos da Lava Jato, que se agrupavam em blocos.

Havia a rodinha dos políticos do PT, um grupo de executivos da empreiteira OAS, outro da Andrade Gutierrez, outro da Odebrecht, outro de políticos de outras siglas. Adir e Baiano circulavam bem em todas as rodas.

O agente penitenciário Toninho, o mais experiente da sexta galeria, convenceu os dois de que deveria saber antes das coisas que aconteceriam, para evitar problemas. Baiano e Adir passaram a ajudá-lo.

Toninho também passou a aconselhá-los sobre como sobreviver na cadeia. Adir consultou o carcereiro até quando pensou em fazer um acordo com a Procuradoria para contar o que sabia sobre os esquemas de desvio de dinheiro, ainda no início da Lava Jato.

“Quem chega primeiro toma água limpa”, disse Toninho, sugerindo que ele delatasse antes que outros fizessem. Adir e Baiano optaram pela delação premiada.

CONTINUA



Presos da Lava Jato em evento no Complexo Médico Penal, em Pinhais (PR) Acervo pessoal

Quem é quem na foto

1 Rogério Araújo, executivo da Odebrecht condenado por corrupção a 55 anos e 11 meses (delator)

2 Isabel Kugler Mendes, presidente do Conselho da Comunidade

3 Márcio Faria, executivo da Odebrecht condenado por corrupção a 48 anos e 4 meses (delator)

4 João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT condenado por corrupção a 13 anos e 4 meses

5 Alexandrino Alencar, ex-executivo da Odebrecht condenado por corrupção a 19 anos e 7 meses (delator)

6 Fernando "Baiano" Soares, lobista condenado a 22 anos e 1 mês

7 Elisabete Subtil de Oliveira, Conselho da Comunidade

8 Renato Duque, ex-diretor da Petrobras condenado por corrupção a 121 anos e 5 meses

9 Pedro Correa, ex-deputado federal condenado por corrupção a 20 anos e 7 meses (delator)

10 Isabel Cecília Paredes, Conselho da Comunidade

11 João Antonio Bernardi Filho, empresário condenado por corrupção a 5 anos e 6 meses (delator)

12 Marcelo Odebrecht, herdeiro da Odebrecht condenado por corrupção a 44 anos e 4 meses (delator)

13 Adir Assad, empresário condenado por lavagem de dinheiro a 15 anos e 8 meses

14 Homem não identificado

FOLHA DE S. PAULO

ALVARO COSTA E SILVA

Convoquem o Inspetor Clouseau

RIO DE JANEIRO Já lá se vão mais de 600 dias, mas você há de lembrar. Logo depois dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes, a desembargadora Marília de Castro Neves Vieira, do Tribunal de Justiça do Rio, escreveu no Facebook que Marielle havia sido eleita pelo Comando Vermelho, a facção de criminosos. Da postagem caluniosa, fez parte a seguinte frase: “A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora, mas temos certeza de que seu comportamento, ditado pelo seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim”.

Ao expressar a certeza, imediatamente após o fato, de que a morte jamais seria esclarecida, a desembargadora mostrava a vontade consciente de uma parte da sociedade —o caso deveria ser enterrado.

Até agora, a atuação da polícia e do Ministério Público parece articular a mesma verdade —o caso deve ser enterrado. A maneira pela qual as investigações têm sido conduzidas envergonharia o inspetor Clouseau, interpretado por Peter Sellers na série de filmes “A Pantera Cor de Rosa”. A diferença é que Clouseau, no fim de suas trapalhadas, sempre desvenda o crime.

O ex-policia! Ronnie Lessa e o comparsa Elcio de Queiroz foram presos em março de 2019, acusados pelas mortes. A polícia descobriu que, no dia fatídico, Queiroz esteve no condomínio Vivendas, na Barra da Tijuca, e disse ao porteiro que iria à casa 58, onde morava o então deputado federal Jair Bolsonaro —mas só descobriu isso um ano depois do atentado. Entre muitas outras dúvidas, cabe perguntar ao Ministério Público por que tanta demora em analisar os áudios da portaria e por que uma foto do livro de visitas do condomínio foi parar no celular de Lessa, o matador de aluguel.

Antiga expressão popular tem sido ouvida, lida e comentada com frequência nos últimos dias: tem caroço nesse angu. Caroço indigesto.

12 NOV 2019

12 NOV 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF mantém decisão que proíbe gestantes em atividade insalubre

Em maio, o Supremo entendeu ser inconstitucional um trecho da reforma trabalhista de 2017 que previa a necessidade de recomendação médica para que gestantes pudessem ser afastadas de atividades insalubres em grau médio e mínimo

Por unanimidade e em ambiente virtual, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) e manteve a decisão, tomada em maio pelo plenário, que proíbe o trabalho de gestantes em atividades com qualquer grau de insalubridade.

Também de modo unânime, os ministros decidiram sequer apreciar, por questões processuais, um segundo recurso em que Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) pedia o adiamento dos efeitos da decisão para dar tempo de o governo reavaliar a real insalubridade em diferentes atividades e ambientes hospitalares.

Em maio, o Supremo entendeu ser inconstitucional um trecho da reforma trabalhista de 2017 que previa a necessidade de recomendação médica para que gestantes pudessem ser afastadas de atividades insalubres em grau médio e mínimo.

FÁBIO CAMPANA

Motivação de Moro

Mesmo não sendo “terrivelmente evangélico”, o ministro Sergio Moro continua com um objetivo na cabeça: ser indicado para a próxima vaga do Supremo, que se abrirá dentro de um ano com a aposentadoria de Celso de Mello. Por isso, ainda precisará de muito estômago para aguentar o que Jair Bolsonaro lhe tem imposto. As informações são de Lauro Jardim n’O Globo.

12 NOV 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Quinta edição do clássico 'Teoria Crítica do Direito' flerta com capitalismo retributivo

“O que querem os ideólogos de hoje?”, indaga Luiz Fernando Coelho, no prefácio da quinta edição de seu livro “Teoria Crítica do Direito” (548 páginas, brochura, R\$ 120), que está sendo lançado pela editora Bonijuris. Ele mesmo se encarrega de responder: “Um país das maravilhas. O mesmo país com que sonhavam os ideólogos do passado. São Alices tardias”, afirma.

Para ele, o Brasil do século 21 já não comporta passeios oníricos. “O capitalismo hoje é dominante, as experiências socialistas no leste europeu fracassaram, o muro de Berlim foi derrubado há três décadas e mostrou que o mundo de inspiração marxista não produziu riqueza. Muito pelo contrário. Expôs misérias e contradições”.

Quando a primeira edição foi publicada em 1987, o mundo era outro e Luiz Fernando Coelho também. A inspiração do livro era marxista, ainda que não ateísta. Coelho era vinculado à Ação Católica, um braço político da igreja, que pregava a doutrina social, o evangelho, mas jamais o ateísmo.

Ao escrever as primeiras páginas da Teoria Crítica do Direito, o Brasil vivia os anos duros da ditadura militar e Coelho tinha receios. Rondavalle o temor da liberdade de expressão, o dilema da autocensura, o medo de ser preso e a repercussão do livro.

De 1987 ao início desta década, a Teoria Crítica do Direito ganhou outras quatro edições, uma delas em espanhol, e Coelho fez questão de, ao longo desse tempo, alterá-la

segundo o relógio do tempo e da história. “O que mudou da primeira para a quinta edição? O mundo”, responde ele em entrevista.

De fato, em pouco mais de três décadas as transformações foram cruciais. O mundo socialista ruiu juntamente com o muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, a guerra fria chegou ao fim e o capitalismo, renovado, fincou bases até na China, um país sui generis que é comandado com mão de ferro pelo partido comunista, mas incorporou uma economia de mercado e postulados tipicamente liberais.

Coelho conclui, e o faz sob uma análise ampla e filosófica, que o capitalismo venceu. E não se trata de por fim à história, mas de reconhecer que o caminho da riqueza das nações, o que inclui seus aspectos jurídicos, está intimamente ligado ao modo de produção do capitalismo. Mas não aquele demonizado. “O capitalismo de hoje é aquele com que sonhou Martinho Lutero. Ele acreditava que quando alguém enriquece é bafejado pela graça divina. Então, ele tem o dever moral de retribuir”.

A nova edição da Teoria da Crítica do Direito, que inspirou o direito alternativo e (por que não?), também o ativismo judicial praticado pelo Supremo Tribunal Federal, é fruto de um trabalho hercúleo de três anos e meio, feito a quatro mãos com o editor e preparador de texto Luiz Fernando de Queiroz. Desde que os originais foram submetidos à Editora Bonijuris, o livro passou por 40 etapas de correção (entre os revisores estavam o professor

Carlos Alberto Sanches e a professora Maria Tereza de Queiroz Piacentini, autora do recém lançado “Não Tropece na Redação”), foi acrescido de mais 36 mil palavras, perdeu e ganhou citações, sofreu 30 mil correções pontuais sugeridas pelo editor e recebeu 209 novas notas de rodapé, conforme seu conteúdo era reformulado ou alterado ao sabor de novos aportes e convicções do autor.

O fato de a obra magna de Coelho ter influenciado juristas de alto escalão não é informação ao vento. O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, é um dos que cita a Teoria Crítica do Direito com destaque em seu “Curso de Direito Constitucional Contemporâneo” (SaraivaJur, 576 pags., R\$ 134,49), hoje na 8ª edição. Eis uma nota que faz o livro deste catarinense de Joaçaba, nascido em 1º de janeiro de 1939, perfilar-se entre os grandes clássicos da literatura jurídica. Pessoalmente, Luiz Fernando Coelho é incansável. Ele dedica-se integralmente à sua atividade como doutrinador, professor de direito e palestrante convidado no Brasil e na Europa.



12 NOV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Homenageado, decano do STF defende imprensa

Associação Nacional de Jornais concedeu prêmio a ministro por sua atuação no Supremo a favor da liberdade de expressão

Caio Sartori / RIO

Ao receber ontem à noite o prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa 2019, concedido pela Associação Nacional dos Jornais, o decano do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello, defendeu a liberdade de expressão e repudiou tentativas de interferência do poder público na atuação dos veículos de comunicação. Em vídeo gravado para a cerimônia – o ministro não pode comparecer à solenidade no Rio de Janeiro –, Celso de Mello lembrou que a imprensa livre é um pilar para qualquer democracia.

“Não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa, na exata medida em que esse direito, por traduzir uma prerrogativa inalienável dos cidadãos, não pode sofrer restrições nem limitações de qualquer ordem, especialmente quando impostas pelo Estado e por seus agentes”, declarou o ministro.

Celso de Mello disse também que, no Supremo, sempre buscou proteger a liberdade de expressão e de imprensa. Segundo ele, a possibilidade de criticar o poder público e fazer eventuais denúncias é essencial para a liberdade dos jornalistas. Sua prática, afirmou, “não pode ser comprometida por interdições censórias ou por outros artifícios esta-

tais utilizados para coibi-los”.

Para o decano, o País não pode retroceder nos avanços conquistados pela democracia. “O peso da censura, ninguém o ignora, é algo insuportável e absolutamente intolerável”, afirmou. “Por isso, não podemos – nem devemos – retroceder nesse processo de conquista e de reafirmação das liberdades democráticas.”

Ele afirmou que o País vive “um momento em que vozes autoritárias se insurgem contra a liberdade de expressão” e criticou o governo do presidente Jair Bolsonaro. “Temos que nos insurgir contra tentativas, ensaios autoritários que buscam suprimir essa liberdade natural que deve conviver com sociedades fundadas com bases genuinamente democráticas.”

A homenagem ao decano acon-

• Direito

“Não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa, na exata medida em que esse direito, por traduzir uma prerrogativa inalienável dos cidadãos, não pode sofrer restrições nem limitações de qualquer ordem, especialmente quando impostas pelo Estado e seus agentes”

Celso de Mello

MINISTRO DO SUPREMO

teceu na Conferência Digital Media LATAM, da Associação Mundial de Editores de Notícias (WAN-IFRA, na sigla em inglês). Vice-presidente da ANJ, o presidente do Grupo Estado, Francisco Mesquita Neto, participou da cerimônia, ao lado de Miriam Leitão, colunista de *O Globo*; Marcelo Rech, presidente da ANJ; e Fernando de Yarza López-Madrado, presidente da WAN-IFRA. O Prêmio ANJ é concedido anualmente pela Associação Nacional dos Jornais. Celso de Mello foi escolhido por causa das muitas decisões favoráveis às liberdades de imprensa e de opinião que tomou desde seu ingresso no Supremo, em 1989.

Obstáculos. Em discurso, Mesquita Neto ressaltou que o jornalismo e a liberdade de imprensa sempre enfrentaram resistência no Brasil. Ele citou a impunidade, que estimula crimes contra jornalistas, e decisões judiciais equivocadas, que favorecem a censura, como obstáculos ao trabalho dos veículos de comunicação. Por último, criticou os ataques feitos por Bolsonaro à imprensa.

“Com lamentável frequência, ele (*Bolsonaro*) ataca jornalistas e empresas jornalísticas como se fossem inimigos a serem eliminados”, disse Mesquita Neto.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

12 NOV 2019

“Ao menos duas vezes por semana, por meio de publicações nas redes sociais, de en-

trevistas ou de discursos, o presidente busca desacreditar jornalistas e empresas jornalísticas e estimula seus seguidores na mesma direção. Essa atitude alimenta um clima de radicalismo político que impera no País há alguns anos e ajuda a multiplicar ataques aos jornalistas.”

Mesquita Neto lembrou também que o jornal *O Estado de S. Paulo* foi vítima de censura durante o Estado Novo, nos anos 1940 do século passado, e a ditadura militar, nos anos 1970. Então diretor do *Estado*, Júlio de Mesquita Filho foi preso pelo

governo de Getúlio Vargas e teve que partir para o exílio em dois momentos do regime. O jornal ficou sob intervenção da ditadura getulista por cinco anos e meio, entre 1940 e 1945.

A ANJ listou, entre os casos que justificam a concessão do prêmio a Celso de Mello, a posição do ministro contrária ao episódio protagonizado pelo prefeito do Rio, Marcelo Crivella (Republicanos), na última Bienal do Livro. Crivella mandou recolher revistas em quadrinhos que mostravam um beijo entre dois personagens masculinos.

Além da homenagem a Celso de Mello, a conferência da WAN-IFRA conta com uma série de debates sobre novos modelos de negócio e formas de se fazer jornalismo. Uma das mesas desta segunda-feira teve a participação da diretora digital do *Estado*, Luciana Cardoso, que discutiu o tema “Construindo um Futuro Digital: como os grandes veículos do Brasil estão se preparando para 2020”. O *Estado* iniciou em agosto de 2019 seu novo projeto de transformação digital, focado no jornalismo multiplataforma.



Cerimônia. Celso de Mello gravou em vídeo sua participação na Conferência da WAN-IFRA

12 NOV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

'Justiça não tolerará crise institucional e saberá agir', diz Toffoli



Equilíbrio. Toffoli afirma que o Judiciário serve à 'pacificação'

Presidente do STF reage às declarações de Lula contra o 'lado podre' da Justiça, da PF e do Ministério Público

Tânia Monteiro / BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, reagiu aos discursos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, após ser solto na sexta-feira, tem feito críticas à "banda podre" de instituições como a Justiça, o Ministério Público e a Polícia Federal. Segundo Toffoli, "o Judiciário e a Justiça são feitos para a pacificação social".

"Se alguém quer se valer da Justiça para uma luta social, não vai conseguir. A Justiça não tolerará uma crise institucional e saberá agir a tempo e a hora", afirmou ao Estado, sem mencionar nomes. Para Dias Toffoli, "radicalismo não leva a lugar nenhum". "O que se espera é que as pessoas tenham serenidade e pensem no Brasil."

O presidente do Supremo declarou ainda que "a nação brasileira é devedora das Forças Armadas para a construção do Brasil e para a unidade nacional, as-

sim como o Judiciário". E completou: "O Judiciário saberá agir no momento certo".

Em entrevista ao site O Antagonista, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que não descarta acionar a Justiça contra Lula. "Temos uma Lei de Segurança Nacional para ser usada. Alguns acham que as falas desse elemento, que por ora está solto, infringem a lei. Agora, nós acionaremos a Justiça quando tivermos mais do que certeza de que ele está nesse discurso para atingir os seus objetivos", disse.

Na semana passada, Toffoli deu o voto de minerva que permitiu a presos condenados, como Lula, aguardarem em liberdade até que todos os seus recursos sejam julgados pela Justiça. A decisão mudou entendimento anterior da Corte pelo qual era possível o cumprimento da pena a partir da condenação em segunda instância.

A mudança no entendimento permitiu a soltura, além de Lula, de outros condenados, como o ex-ministro José Dirceu, na Lava Jato, e o ex-governador de Minas, Eduardo Azeredo, no caso do mensalão mineiro.

Mediação

"Se alguém quer se valer da Justiça para uma luta social, não vai conseguir. A Justiça não tolerará uma crise institucional e saberá agir a tempo e a hora."

"O que se espera é que as pessoas tenham serenidade e pensem no Brasil."

Dias Toffoli

PRESIDENTE DO SUPREMO

Lula fez dois discursos após deixar a prisão. Em um deles, disse que foi condenado pelo "lado podre do Estado brasileiro, o lado podre da Justiça, o lado podre do Ministério Público, o lado podre da Receita Federal, o lado podre da Polícia Federal, que trabalharam para tentar criminalizar a esquerda, o PT e o Lula."

José Dirceu convocou "esquerdistas" a saírem do imobilismo. "Estou de novo na trincheira da luta. Agora não é mais do Lula livre. Agora é para nós retomarmos o governo", disse.

12 NOV 2019

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

• **era feliz...** A intensa pressão sobre o STF e o enorme volume de trabalho têm feito o ministro Alexandre de Moraes se recordar com nostalgia de um período curto de sua carreira: os quatro anos em que se dedicou quase exclusivamente a advogar e a lecionar.

Justiça do Paraná determina a retirada de tornozeleiras de Delúbio e Vaccari

A Justiça do Paraná determinou a remoção das tornozeleiras eletrônicas que monitoravam os ex-tesoureiros do PT Delúbio Soares e João Vaccari Neto, ambos condenados na Operação Lava Jato.

A decisão foi baseada pelo novo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) so-

bre a prisão após sentença em segunda instância.

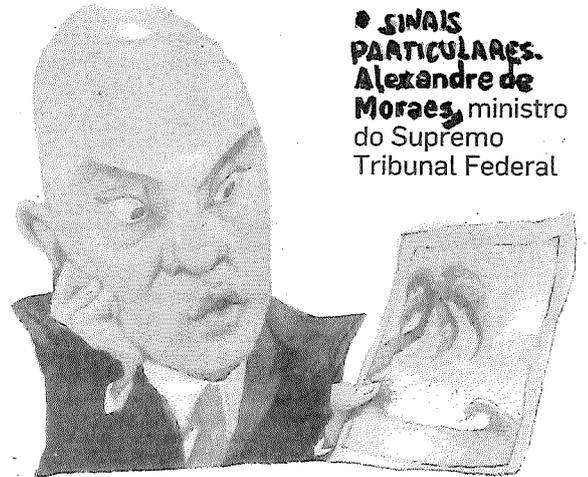
Delúbio e Vaccari cumpriam suas penas em regime diferenciado, com tornozeleira eletrônica. Na prática, ambos poderiam viver fora da cadeia, desde que ficassem na capital paranaense e comprovassem trabalho durante o dia.

Aras marca para hoje julgamento de processo contra Deltan no Conselho do MP

O procurador-geral da República, Augusto Aras, pautou para hoje o julgamento de um processo administrativo no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) contra o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Operação Lava Jato. O processo apura se o chefe da força-tarefa no Paraná violou

normas da Procuradoria ao dizer que o Supremo Tribunal Federal (STF) passava mensagens de "leniência" com a corrupção em algumas decisões, ao dar entrevista a uma rádio.

Na quarta-feira, o ministro Luiz Fux derrubou liminar que suspendia a análise do processo pelo Conselho do MP.



• **SINAIS PARTICULARES.** Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal

12 NOV 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Labirinto jurídico

A Justiça brasileira sempre teve como característica a demora da tramitação dos processos. Os crimes de corrupção, que antigamente eram conhecidos como “colarinho branco”, só terão uma punição efetivo depois do julgamento no Supremo. Assim a prisão volta ser apenas para os pobres. Todas as discussões realizadas no STF, nos últimos dias, que mobilizaram a opinião pública, não dizem respeito ao criminoso comum.

Quando proferiu seu voto, o ministro Dias Toffoli fez questão de frisar que todos aqueles que passaram por um júri popular devem ser presos imediatamente, mesmo antes da decisão em segunda instância. A reação de quem quer ver Lula preso foi propor a PEC apresentada no Congresso que prevê a prisão após condenação em segunda instância.

A questão é que os seis ministros do STF interpretaram o “trânsito em julgado” como cláusula pétrea. Ou seja, não pode ser mudada pelo Congresso, a não ser por uma Constituinte. A PEC, depois de aprovada, promete gerar uma série de novos julgamentos no STF ■

12 NOV 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

STF proíbe grávidas em atividade insalubre

Por unanimidade e em ambiente virtual, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) e manteve a decisão, tomada em maio pelo plenário, que proíbe o trabalho de gestantes em atividades com qualquer grau de insalubridade. Também de modo unânime, os ministros decidiram sequer apreciar um segundo recurso da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde).

No julgamento de maio, os ministros do Supremo entenderam, por 10 votos a 1, ser inconstitucional um trecho da reforma trabalhista de 2017 que previa a necessidade de recomendação por meio de atestado médico para que gestantes pudessem ser afastadas de atividades insalubres em grau médio e mínimo, e em qualquer grau para lactantes. A partir de então, passou a valer a regra anterior da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cujo artigo 394-A prevê o afastamento de gestantes de atividades com qualquer grau de insalubridade. ■

Vaccari e Delúbio retiram tornozeleiras

A Justiça do Paraná autorizou, e os ex-tesoureiros do Partido dos Trabalhadores (PT) João Vaccari Neto e Delúbio Soares retiraram ontem a tornozeleira eletrônica. Os dois foram condenados em processos da Operação Lava Jato. As duas decisões da juíza Ana Carolina Bartolamei Ramos, da 1ª Vara de Execuções Penais de Curitiba, tiveram como base a mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a prisão em segunda instância.

Vaccari estava no regime semiaberto sendo monitorado por tornozeleira eletrônica desde setembro deste ano. Ele tinha sido preso em abril de 2015, na deflagração da 12ª fase da Lava Jato. Soares tinha sido preso em maio de 2018, após condenação de seis anos de prisão por lavagem de dinheiro envolvendo o pecuarista José Carlos Bumlai e dirigentes do Banco Schahin, por um empréstimo fraudulento de R\$ 12 milhões. ■

12 NOV 2019

METRO

Oeste. MPF move ação para garantir direitos de comunidades indígenas

O MPF (Ministério Público Federal) ajuizou ação civil pública contra a União, a Funai, o estado do Paraná e os municípios de Santa Helena e Itaipulândia, no oeste do estado, para que seja garantido o acesso integral de moradores das aldeias indígenas Avá-Guarani ao serviços prestados pelos órgãos públicos na região.

Uma missão da Procuradoria da República esteve em Francisco Beltrão em agosto e apurou, segundo o MPF, que há atendimento insuficiente para os moradores das aldeias Curva Guarani, Ara Porã, Pyahu, Tecohá Dois Irmãos, Avy Renda, Yva Renda e Aty Mirim. As comunidades abrigam 159 famílias, com 220 crianças.

O MPF requer a instalação de caixas d'água nas aldeias, planejamento e instalação de saneamento básico e energia elétrica, entrega de kit-moradias, cestas básicas para todas as famílias, regularização quanto ao registro civil a ser realizado pela Funai, além da presença de um agente de saúde e um professor bilíngue em cada aldeia.

A ação tem vínculo com outro processo, em trâmite na 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, que determinou em liminar que a Funai concluísse em no máximo dois anos a demarcação das terras indígenas Ocoy e Guarani/Santa Helena. ☎ METRO CURITIBA

12 NOV 2019

BEMPARANÁ

Petistas se livram de tornozeleira

A justiça do Paraná determinou a remoção das tornozeleiras eletrônicas que monitoram os passos dos ex-tesoueiros do PT Delúbio Soares e João Vaccari Neto, ambos condenados em segunda instância na Operação Lava Jato. A decisão foi baseada pelo novo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a prisão após sentença em segundo grau.

Delúbio e Vaccari cumpriam a pena em regime diferenciado, chamado semiaberto 'harmonizado' com tornozeleira eletrônica, desde março e setembro deste ano, respectivamente. Na prática, ambos poderiam viver em casa na capital paranaense desde que trabalhassem durante o dia. O monitoramento dos presos era feito por tornozeleiras eletrônicas, agora retiradas pela 1ª Vara de Execuções Penais de Curitiba.

Os dois ex-tesoueiros apresentaram seus pedidos de liberdade na última sexta-feira, 8, entrando na fila de soltura com o ex-presidente Lula e o ex-ministro José Dirceu, ambos liberados no mesmo dia.

Retaliação

O Ministério Público estadual entrou ontem na Justiça com uma ação civil pública contra o prefeito de Cidade Gaúcha (região Noroeste), Alexandre Lucena (PMDB). Ele é investigado pela promotoria por ato de improbidade administrativa por ter suspenso o custeio para o fornecimento de alimentação à Polícia Militar do município. De acordo com o MP, a suspensão ocorreu em fevereiro deste ano e foi motivada por retaliação à corporação, que, por duas vezes durante o ano de 2018, efetuou a prisão do presidente da Câmara de Vereadores do município – aliado político do prefeito.

Boca de urna

A primeira prisão ocorreu no dia das eleições daquele ano por suspeitas de boca de urna. A segunda foi no dia 28 de dezembro de 2018, quando o vereador foi autuado por posse irregular de arma de fogo e agressão à sua esposa, fato que gerou grande repercussão. De acordo com testemunhas ouvidas pelo MPPR no curso das investigações, o prefeito e o presidente da Câmara teriam solicitado a transferência do então comandante da PM local – o que ocorreu, embora o Batalhão tenha informado que a transferência ocorreu por conveniência administrativa. Na mesma época, foi determinado pelo prefeito o corte no fornecimento de alimentação à Polícia Militar, o que durou cerca de dez dias.

Loteamento

O Ministério Público também apresentou à Justiça denúncia denunciando por corrupção passiva o ex-secretário municipal da Habitação e Urbanismo de Almirante Tamandaré (região metropolitana de Curitiba). Segundo a promotoria, o então secretário pediu imóveis ao dono de uma construtora que buscava construir um loteamento na cidade.

Gravação

Segundo a denúncia, o ex-secretário, que tinha, por força do cargo, o poder de permitir ou não a construção de empreendimentos imobiliários de uso habitacional na cidade pediu 100 lotes ao empresário em troca de alterações no zoneamento urbano municipal, de modo a garantir a inclusão do terreno no perímetro urbano do município. A ilegalidade foi registrada em áudio, pela vítima da cobrança, e consta transcrita na ação, aponta o MP.

BEMPARANÁ

**Consciência Negra:
semana tem exposição,
palestras e debates**

12 NOV 2019

O Mês da Consciência Negra segue com uma intensa programação de atividades, construídas em uma articulação entre Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proec), Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (Sipad) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), núcleos de pesquisa e extensão, coletivos de estudantes e grupos artísticos. Celebrado no dia 20, o dia da consciência negra marca a morte de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares.

Os eventos da semana envolvem desde debates e palestras até programação cultural. A exposição "A Saia que Gira- Cartografando o feminismo negro nas portas bandeiras das escolas de samba de Curitiba" segue em exibição no hall de entrada do Prédio Histórico até o dia 19. Depois, segue para o Campus Rebouças, onde fica até o dia 31.

Hoje, a psicóloga Fernanda Pedrozzo ministra a palestra "População Negra e Psicologia Clínica", na sala 204, no segundo andar do Prédio Histórico. O evento será das 16h30 até 17h30. Na mesma data, o prédio administrativo do Politécnico sedia o debate "Ser branco numa sociedade racializada", a partir das 17 horas. Na quinta-feira, às 17h30, o hall da Biblioteca do Politécnico recebe o "Black Talks - Masculinidades". No sábado, o evento "Um baile bom - território negro" será realizado na Sociedade 13 de Maio, na rua Desembargador Clotário Portugal, 274 - Centro.

Outros

Outros eventos da cidade também se alinham à programação do mês da Consciência Negra. A Festa do Rosário ocorre de 14 a 17 de novembro, no Centro Histórico, enquanto o Memorial de Curitiba recebe a Feira Literária Afro-Paranaense, no mesmo período. No domingo, às 9h30, haverá lavagem das escadarias da antiga Igreja do Rosário dos Pretos de São Benedito, também como parte da programação.

12 NOV 2019

BEMPARANÁ



Ex-governador Paulo Pimentel lança biografia em Curitiba

O ex-governador do Paraná Paulo Pimentel lançou ontem a sua biografia, 'Vim, vi, venci', narrada por ele e escrita por Cleverton Garrett. O lançamento foi no Palácio Iguaçu e a cerimônia contou com centenas de pessoas, incluindo autoridades como o prefeito de Curitiba, Rafael Greca, e o vice-governador do Paraná, Darci Piana, além do presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano. "Eu quis mostrar o Paulo Pimentel de antes da história que todos conhecem, ou seja, sua infância, juventude, formação familiar. Revisitei toda sua fascinante trajetória de vida", explica o escritor. A biografia explora a forma de pensar do protagonista, passando pela sua infância, em Avaré (SP), passando pela eleição para o governo do Estado e a posse como governador mais jovem do Paraná, com apenas 37 anos de idade (em 1966), além da transição da carreira jurídica para a vida pública e muitos relatos sobre a história paranaense. O livro foi editado pela editora Arte e Letra. As vendas vão beneficiar a ala infantil do Hospital Evangélico Mackenzie. O livro poderá ser adquirido pelo site da editora (www.arteeletra.com.br).